

Opção pelas cidades livra a Amazônia

FOTOS: CARLOS MOURA

O diretor executivo do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISP), Donald Sawyer, destacou que a crise econômica brasileira não elevou o fluxo migratório em direção à Amazônia. Sawyer enumerou quatro pontos que desestimulam a migração para a floresta: a desilusão dos colonos; a concentração das atividades agrícolas em regiões já desenvolvidas; as aspirações das novas gerações que são mais urbanas; e o alto custo para o migrante propriamente dito, que em vez de aventurar-se na Amazônia, prefere tentar a vida nos centros urbanos das regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste.

“A migração para o interior de São Paulo e para o Paraná foi enorme e criou expectativas de avanço constante. No entanto, ao contrário do que se costuma pensar, a migração para a fronteira agrícola na Amazônia, não constitui uma força inexorável e cada vez maior”, disse Sawyer.

Para fundamentar seu raciocínio, Donald Sawyer citou alguns dados: “Em meados de 1986, havia cerca de 20 mil migrantes passando pelo posto de triagem em Vilhena, em Rondônia. Este nível caiu rapidamente para três a cinco mil por mês. Consequentemente, o número de migrantes por ano caiu de um pico de 165 mil 899 em 1986 para 51 mil 950 em 1988, o último ano para o qual dispomos de informação”.

Apesar do fluxo migratório em direção à Amazônia ter caído, como informou o professor Sawyer, as estimativas pre-



Crescimento da região Norte torna-se vegetativo, diz Sawyer

vêm que a população da região Norte terá um crescimento vegetativo superior às demais regiões brasileiras.

“Mesmo se não houver muita migração, a população amazônica continuará crescendo rapidamente, uma vez que o crescimento natural supera a migração. A análise demográfica multirregional mostra que a região Norte deverá crescer de nove milhões de habitantes em 1990 e mais de 15 milhões em 2010, aumentando sua participação no total do Brasil de 6,2 por cento para 7,7 por cento”, disse Sawyer, salientando que o

crescimento vegetativo da região Norte é de 5,3 por cento ao ano, quase o dobro da média nacional que é de três por cento.

Razões — Para o diretor executivo do ISP, há razões conjunturais e estruturais para o declínio da migração em direção à Amazônia.

“No que diz respeito a conjuntura, a migração para a fronteira pode não responder positivamente à crise da dívida externa por diversos motivos: o vigor do setor informal nas áreas urbanas, a desaceleração da modernização da agricultura

ra dadas as restrições de crédito, a falta de recursos para custear movimentos de longa distância e, finalmente, a falta de investimentos públicos e privados que pudessem atrair os migrantes para a fronteira. Por outro lado, se e quando a crise for superada, as transformações estruturais em curso na economia e na sociedade no Brasil, as quais implicam a urbanização e a industrialização, podem tornar improvável a saída de novos contingentes de migrantes rumo à Amazônia”.

O professor Donald Sawyer salientou ainda que 51,7 por cento da população da Amazônia vive nos centros urbanos. “Quando desagregamos a população urbana por capitais e não-capital, vemos que as capitais na região Norte comportam 58,5 por cento da população urbana; os restantes, 41,5 por cento, residem em cidades e povoados do interior. Adotando o critério de 20 mil habitantes, o grau de urbanização da região Norte, em 1980, cai para 39,2 por cento, o que significa que 12,5 por cento da população total da região residia em núcleos com menos de 20 mil habitantes”.

De acordo com Sawyer, o processo de urbanização dos habitantes da região Norte motivou um redirecionamento das ações sociais desenvolvidas pelo Governo federal e por entidades internacionais na região. “O Unicef, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas, mudou a ênfase de seu programa sobre criança e meio ambiente, com base em estudos realizados no ISP, chamando a atenção para a urbanização dos amazenses”, afirmou Sawyer.